

Resistências e adaptações à precarização do trabalho docente na UFU

Karla Viana Teixeira¹

Este estudo pretende investigar - a partir da crise instalada no sistema capitalista e de sua resposta, a mundialização do capital - as mudanças, objetivas e subjetivas, ocorridas nas condições do trabalho docente. O universo de investigação empírica consiste nos docentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que, apesar das particularidades, apresentam características muito similares, no referente às condições de trabalho, aos demais professores do ensino superior público do Brasil.

Esta reflexão inicial faz parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado da autora e está mais concentrada, neste momento, em traçar o perfil do docente da UFU, diante das mudanças ocorridas no período de 1994 a 2002, ou seja, durante os **governos de Fernando Henrique Cardoso**.

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais são componentes articulados da mundialização do capital. Qual o seu impacto sobre a realidade do trabalho e da organização da resistência desta categoria de trabalhadores, os docentes da UFU? Essa é a questão mais geral que nos propomos a responder.

A referida instituição possui em seu quadro docente atual cerca de 22% de professores substitutos, número elevado e que traz repercussões nas condições de trabalho e na organização sindical da categoria. A possibilidade de grande número de aposentadorias, em função da Reforma da Previdência, também pode agravar este quadro.

O problema investigado consiste em saber, a partir das condições do trabalho

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

docente e da prática político-acadêmica destes, qual a nova configuração da categoria docente da UFU e como ela têm reafirmado e/ou negado a implementação das políticas de precarização do trabalho efetuadas nos governos de FHC e, até o momento, não modificadas pelo governo Lula.

Apesar de considerar as diferenças existentes entre o trabalho material e o trabalho intelectual, a abordagem presente não pretende separá-los e pressupõe uma relação dialética entre ambos. Opta-se, então, por entender os docentes como trabalhadores.

Durante muito tempo, o conceito de trabalhadores foi pouco utilizado na análise desta categoria, o que expressa a resistência de muitos docentes das instituições federais de ensino superior em assumirem-se enquanto parte da classe trabalhadora. No entanto, o novo sindicalismo da década de 1980 iniciou um processo de construção da identidade positiva do servidor público, não mais como ocioso ou como técnico, neutro funcionário do Estado, mas como trabalhador. Mascarenhas aponta esta nova identidade, construída no movimento de afirmação do servidor público em sua “distinção entre o funcionalismo e o corpo do Estado, a não aceitação deste como uma categoria ‘especial’ de trabalhadores, mas sim como parte integrante da classe trabalhadora”².

Após esta breve caracterização do fazer docente enquanto trabalho, torna-se agora necessário recuperar algumas das formulações marxianas a respeito da atividade primeira do homem para sua própria humanização, o *trabalho*, e sua condição de subalternidade no sistema da propriedade privada dos meios de produção.

No capítulo V de *O Capital*, Marx apresenta a dimensão humanizadora e criadora do trabalho, processo pelo qual o homem regula, media e transforma a natureza. E, ao interferir na natureza, o homem transforma-se a si mesmo:

Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio³.

² Ângela C.B. Mascarenhas. *Desafiando o Leviatã: Sindicalismo no Setor Público*. Campinas, Editora Alínea, 2000, pp. 87-88.

³ Karl Marx. *O Capital*, volume I, capítulo V. São Paulo, Nova Cultural, 1985, p. 149.

No entanto, o trabalho humano na ordem capitalista visa, sobretudo, a criação de valores de troca para a valorização do capital. Aprisionada a esta finalidade, a especificidade humana da práxis criativa é subsumida a um controle e a uma lógica a ela exteriores:

E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos [cujos movimentos são controlados pelo tempo do relógio] (...) quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais⁴.

Instala-se pois, uma relação contraditória entre a potencialidade de criação do trabalho humano e a sua efetividade de estranhamento quando subordinado ao capital, cuja lógica organiza não apenas a produção e reprodução material da existência social, mas a sua configuração simbólica e política.

Ainda que eivado de contradições, é inegável o grande desenvolvimento das forças produtivas gerado ao longo de dois séculos de acumulação capitalista. Tais modificações alteram não apenas a esfera econômica, mas toda a estrutura das sociedades capitalistas. O capitalismo configura-se, então, em um processo civilizatório, no qual “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”⁵.

Em função da natureza contraditória, concorrencial e anárquica do sistema capitalista de produção, sua classe dominante busca incrementos tecnológicos (visando substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e, contraditoriamente, aguçando a tendência à queda da taxa de lucro) para obtenção de ganhos de produtividade e concorrência no mercado e para domesticar a classe trabalhadora. Com isto, modifica não apenas a produção, mas também as formas de mediação política pelo Estado, a fim de garantir a valorização do capital.

Compreendendo esta capacidade de modificação das bases de acumulação e dominação capitalista, a partir da ação dos representantes do capital nos âmbitos da economia e da política, Antunes⁶ analisa a crise presente hoje no mundo do trabalho.

- - - - -

4 Idem, p. 151.

5 Karl Marx & Friederich Engels. *O Manifesto do Partido Comunista de 1848*. São Paulo, Editora O Trabalho, 1994, p. 20.

6 Ricardo Antunes. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª edição, São Paulo, Boitempo Editorial, 2000, p. 29.

O autor procura apreender os significados da crise no mundo do trabalho, a partir da crise do capital, uma vez que entende a crise do fordismo e do keynesianismo como expressões fenomênicas de uma crise estrutural do capital. Assim, as transformações do mundo do trabalho estão relacionadas com a própria convulsão instalada no seio do capitalismo.

Alves, em concordância com os elementos apontados por Antunes, reforça o caráter estrutural da crise capitalista que é, então, “decorrente de um complexo de determinações que se desenvolveram, de modo cumulativo, nos períodos de expansão capitalista. Decorre de fatores estruturais e não apenas de acontecimentos conjunturais, políticos ou sociais”⁷.

A mundialização do capital apresenta-se, assim, como uma tentativa de responder a esta crise, gerando mais crises. A mundialização capitalista, segundo Chesnais, significa a

(...) capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real.⁸

A crise acima referida apresenta-se como a forma contemporânea da ofensiva do capital sobre o trabalho que, segundo Alves, configura um bloco histórico “cuja principal característica seria a articulação complexa entre reestruturação produtiva e política neoliberal”⁹.

Ainda que fenomênica, a reestruturação produtiva como resposta à crise capitalista, insere grandes mudanças no mundo do trabalho, cujos padrões de acumulação baseavam-se quase exclusivamente no taylorismo-fordismo. Procura-se então, acrescentar às velhas formas de gerência da produção uma outra, o toyotismo. Isto implica-

7 Giovanni Alves. “Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos 90”. In: Teixeira, F. & Oliveira, M. (orgs.) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez Editora. 1996, p. 113-4.

8 François Chesnais. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 17.

9 Giovanni Alves, *op. cit.*, p. 110.

rá mudanças na organização do mundo do trabalho que precisam ser acompanhadas por mudanças em outras esferas da vida social.

É assim que entra em cena o chamado neoliberalismo. As políticas neoliberais têm como eixos a **desregulamentação do trabalho**, que visa dar maior margem de lucratividade ao capital; a **retirada do Estado de áreas sociais e estratégicas por via das privatizações**, a fim de aumentar a área de inserção da economia de mercado; e a **ofensiva às organizações independentes da classe trabalhadora**, seja pela sua cooptação ou pela sua destruição, com o objetivo de minar a resistência dos trabalhadores à implementação das medidas anteriores.

As políticas neoliberais tiveram sua implementação mais profunda a partir dos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA), na década de 1980 e assolaram a maioria dos países capitalistas centrais e periféricos.

No Brasil, a década de 1980 esteve marcada por uma conjuntura de ascensão dos movimentos sociais (cujo maior símbolo é o surgimento do PT e da CUT) e de “redemocratização” política que dificultaram a entrada da maré neoliberal. No entanto, em 1989, com a eleição do governo Collor/Itamar (1990 a 1993), abriu-se o caminho para o neoliberalismo. Mas foi nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2001), que as políticas neoliberais encontraram sua expressão máxima.

O referido governo, por meio da abertura do mercado interno, possibilitou “um novo salto na concentração e centralização do capital. (...) [resultando um] novo complexo de reestruturação produtiva, capaz de dar um novo ordenamento à estrutura produtiva – e de classes – no Brasil”¹⁰.

Alinhado à política internacional ditada por organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, o governo Fernando Henrique Cardoso colocou o Brasil na era do capital mundializado.

Este momento sócio-histórico, de articulação complexa entre política neoliberal e reestruturação produtiva, cujo momento predominante é o toyotismo, tem como resultado “a desconstrução do mercado de trabalho urbano, por intermédio da precarização de empregos e salários e da desestabilização do operário-massa e do sindicalismo classista, tal como se constituiu sob a industrialização substitutiva”¹¹.

10 Giovanni Alves. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000, p. 114.

11 Idem, p. 119.

Partindo deste contexto de superexploração do trabalho e de dificuldades para organizar a resistência operária ao avanço capitalista e suas conseqüências é que este estudo procura entender a precarização do trabalho docente, bem como as resistências e adaptações a ela apresentadas pelo movimento dos professores do ensino superior público brasileiro.

Nesta fase inicial do estudo, percebe-se uma relação contraditória entre resistência à precarização do trabalho (expressa, por exemplo, na greve de 2001 e no indicativo de greve aprovado para 08 de julho de 2003) e adaptação à esta mesma precarização, através da quebra da dedicação exclusiva, dos cursos pagos e da tentativa de implementação de mestrados profissionalizantes.

Pode-se inferir que esta situação conflituosa e tensa coloca dificuldades e possibilidades para a luta contra a precariedade que, segundo Pierre Bourdieu, está em toda a parte e

afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável¹².

A precariedade, denunciada por Bourdieu e presente nas condições de trabalho e organização sindical dos docentes, tem sido enfrentada de maneiras diversas, e assumida de outras tantas formas. A adesão a projetos privatizantes (como cursos pagos, convênios com a iniciativa privada e outras práticas que visam aumentar o salário defasado) contrasta com a denúncia das condições de trabalho e com o sentimento de frustração diante das limitações da produção acadêmica.

Sem procurar mocinhos e bandidos, o perfil a ser apresentado pretende dar um diagnóstico das condições de trabalho e das relações objetivas e subjetivas que os docentes estabelecem com esta realidade.

Uma vez que o presente estudo não pretende ser neutro, apesar de buscar rigor científico, nem ter a aprovação do discurso oficial (que já tem muitos representantes), o referencial teórico da pesquisa é o materialismo histórico e dialético, apesar da es-

¹² Pierre Bourdieu. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1998.

tigmatização sofrida pelos intelectuais que pretendem trabalhar com a totalidade. Esta opção referencia-se, entre outras, nas afirmações de Dias:

O discurso do Banco Mundial transforma os opositores ao projeto neoliberal, em adversários do progresso e da modernidade, ou seja, em irracionais. A intelectualidade, em grande medida, assume o discurso do fragmento, do detalhe, como única forma científica correta. A categoria marxista de análise da totalidade é transformada em algo totalitário. Todo e qualquer processo macro parece ser destituído de significado. O micro, identificado com o atual, com a verdade, se torna elemento de denúncia da politização e da ideologização ambas, necessária e solidariamente, irracionais. Esta é a aparência que se passa para as classes subalternas. Muitos dos intelectuais dessas classes acabaram por aceitá-la e isso é decisivo. O mesmo, contudo, não se dá na prática e na teorização dos dominantes. Mais do que nunca, lição velha de século e meio, o capitalismo é globalizante.¹³

Ainda que o marxismo seja a principal referência, este trabalho pretende também valer-se de autores que possam contribuir com a ampliação da percepção do tema em estudo, como Senett e Bauman, por exemplo¹⁴, que apresentam muitas discordâncias com o marxismo, mas que levantam com propriedade a indagação sobre as consequências sociais da perda da confiança advinda das transformações do mundo do trabalho.

13 Edmundo Fernandes Dias. *A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: reestruturação produtiva e passivização*. Editora IFCH/UNICAMP: Campinas, Editora IFCH/Unicamp, 1999, p. 136.

14 Zygmunt Bauman. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 258 págs; Richard Sennett. *A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 1999.